

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	10
3.4 - Política destinação de resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos	12
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	17
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	19
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	20
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	21
4.5 - Processos sigilosos relevantes	22
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	23
4.7 - Outras contingências relevantes	24
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	25

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	26
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	27
5.3 - Descrição - Controles Internos	28

Índice

5.4 - Programa de Integridade	36
5.5 - Alterações significativas	37
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	38
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	39
6.3 - Breve histórico	40
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	41
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	42
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	43
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	44
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	45
7.3 - Produção/comercialização/mercados	46
7.4 - Principais clientes	49
7.5 - Efeitos da regulação estatal	50
7.6 - Receitas relevantes no exterior	51
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	52
7.8 - Políticas socioambientais	53
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	54
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	55
8.2 - Alterações na condução de negócios	56
8.3 - Contratos relevantes	57
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	58
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	59
9.1.a - Ativos imobilizados	60
9.1.b - Ativos Intangíveis	61
9.1.c - Participação em sociedades	62
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	63
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	64

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	68
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	69
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	70
10.5 - Políticas contábeis críticas	71
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	72
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	73
10.8 - Plano de Negócios	74
10.9 - Outros fatores com influência relevante	75
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	76
11.2 - Acompanhamento das projeções	77
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	78
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	80
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	82
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	83
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	84
12.7/8 - Composição dos comitês	86
12.9 - Relações familiares	87
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	88
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	89
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	90
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	91
13.2 - Remuneração total por órgão	93
13.3 - Remuneração variável	94
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	95
13.5 - Remuneração baseada em ações	96
13.6 - Opções em aberto	97
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	98
13.8 - Precificação das ações/opções	99

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	100
13.10 - Planos de previdência	101
13.11 - Remuneração máx, mín e média	102
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	103
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	104
13.14 - Remuneração - outras funções	105
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	106
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	107
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	108
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	110
14.3 - Política remuneração dos empregados	111
14.4 - Relações emissor / sindicatos	118
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	119
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	120
15.3 - Distribuição de capital	123
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	124
15.5 - Acordo de Acionistas	125
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	126
15.7 - Principais operações societárias	127
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	128
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	129
16.2 - Transações com partes relacionadas	130
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	132
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	133
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	134
17.2 - Aumentos do capital social	136
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	137
17.4 - Redução do capital social	138

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	139
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	140
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	143
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	144
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	145
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	146
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	147
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	148
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	149
18.8 - Títulos emitidos no exterior	150
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	151
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	152
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	153
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	154
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	155
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	156
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	157
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	158
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	159
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	160
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	161
21.3 - Responsáveis pela política	162
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	163

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Cancelier

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

LUIZ CANCELIER

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1. Respo pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1. DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA.

Cristiano Ciriaco Delgado, Diretor Presidente da Companhia, declara que reviu este formulário de referência e que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

1. Respo  pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores**1.2. DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA.**

Luiz Cancelier, Diretor de Relações com Investidores da Companhia, declara que reviu este formulário de referência e que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

1. Respo  pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3. DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE/RELAÇÕES COM INVESTIDORES.

Não há.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1144-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	07.377.136/0001-64
Período de prestação de serviço	01/04/2019 a 31/12/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação e relatórios financeiros, exame das demonstrações contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga à ACAL Auditores Independentes S/S, pelos serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais e trimestrais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação de relatórios financeiros, e exame das demonstrações contábeis, no último exercício social (findo em 31/12/2018), foi de R\$ 55.559 mil.
Justificativa da substituição	A Companhia optou por ficar com a mesma Auditoria
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
CLAUDIO SILVA FOCH	01/04/2016 a 31/12/2018	963.719.607-25	Rua Heitor Stockler de França, nº 396., 14º andar, Torre Neo, Centro Cívico, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80030-030, Telefone (41) 30409300, Fax (41) 30409300, e-mail: claudio.foch@rsmbrazil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1144-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	07.377.136/0001-64
Período de prestação de serviço	01/04/2020
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação e relatórios financeiros, exame das demonstrações contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga à ACAL Auditores Independentes S/S, pelos serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais e trimestrais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação de relatórios financeiros, e exame das demonstrações contábeis, no último exercício social (findo em 31/12/2020), foi de R\$ 55.808 mil.
Justificativa da substituição	A Companhia optou pela troca de Auditoria, para evitar o relacionamento prolongado entre auditor e a Companhia. Optamos pela empresa ACAL Auditores Independentes S/S, com registro na CVM 01144-4, substituindo a Guimarães e Gonçalves Auditoria e Consultoria Empresarial SS, com registro na CVM 01196-7.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
CLAUDIO SILVA FOCH	01/04/2017 a 31/03/2019	963.719.607-25	Rua Heitor Stockler de França, nº 396,, 14º andar, Torre Neo, Centro Cívico, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80030-030, Telefone (41) 30409300, Fax (41) 30409300, e-mail: claudio.foch@rsmbrazil.com.br

2. Auditoria Independente / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Individual

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	0,00	-206.987,00	-193.463,00
Ativo Total	99.739,00	80.563,00	58.924,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	43.709,00	20.114,00	16.700,00
Resultado Bruto	1.043,00	-2.805,00	-4.507,00
Resultado Líquido	-12.032,00	-13.523,00	-20.976,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	18.122.009	18.122.009	18.122.009
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-12,090000	-11,420000	-10,680000
Resultado Básico por Ação	0,663947	-0,750000	-1,160000

3. Inform  **inanc. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis****3.2. MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS.**

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**EBITDA (LAJIDA)**

(R\$ mil)	31/12/2020	31/12/2019
Receita Operacional Líquida	43.709	20.114
Custo de bens e/ou Serviços Vendidos	(42.666)	(22.919)
Lucro Operacional Bruto	1.043	(2.805)
(-) Despesas com Vendas	(1.613)	(309)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(5.340)	(5.261)
(+) Depreciação/ Amortização	2.847	2.619
EBITDA	(3.063)	(5.756)
% s/ Receita Operacional Líquida	-7,01%	-28,62%

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis. O EBITDA Ajustado é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de seus resultados operacionais, pelo fato de permitir uma comparação estruturada com outras companhias do mesmo segmento.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) à suas despesas com depreciações e amortizações. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho.

3. Inform  inanc. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3. IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTEREM SUBSTANCIALMENTE.

Não há.

3. Info s financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4. POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS ÚLTIMOS 3 (Três) EXERCÍCIOS SOCIAIS.

	2020	2019	2018
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, destinar-se-ão em ordem prioritária: I 5% à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; II 25% à distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais; III 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A proposta da administração constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2020, que foi submetida aos acionistas da Companhia para deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2021, ficou delimitada a aprovação das demonstrações financeiras em função do prejuízo apresentado.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, destinar-se-ão em ordem prioritária: I 5% à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; II 25% à distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais; III 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A proposta da administração constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019, que foi submetida aos acionistas da Companhia para deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em julho de 2020, ficou delimitada a aprovação das demonstrações financeiras em função do prejuízo apresentado.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, destinar-se-ão em ordem prioritária: I 5% à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; II 25% à distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais; III 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A proposta da administração constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2018, que foi submetida aos acionistas da Companhia para deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2019, ficou delimitada a aprovação das demonstrações financeiras em função do prejuízo apresentado.</p>
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuídos aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuídos aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuídos aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado e 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A Assembleia Geral não autorizará a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar se ele for incompatível com a situação financeira da sociedade. A Assembleia Geral pode criar outros fundos e reservas, bem como autorizar pagamentos de gratificações, nos limites e condições estabelecidos em lei.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado e 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A Assembleia Geral não autorizará a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar se ele for incompatível com a situação financeira da sociedade. A Assembleia Geral pode criar outros fundos e reservas, bem como autorizar pagamentos de gratificações, nos limites e condições estabelecidos em lei.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado e 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A Assembleia Geral não autorizará a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar se ele for incompatível com a situação financeira da sociedade. A Assembleia Geral pode criar outros fundos e reservas, bem como autorizar pagamentos de gratificações, nos limites e condições estabelecidos em lei.</p>

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado		-12.031.117,50	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total		0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido		0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				31/12/2018

Lucro líquido retido	Exercício social 31/12/2020		Exercício social 31/12/2019		Exercício social 31/12/2018	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária			0,00		0,00	0,00

3. Inform  **inanc. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas****3.6. DIVIDENDOS DECLARADOS À CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS CONSTITUÍDAS EM EXERCÍCIOS SOCIAIS ANTERIORES.**

Nos últimos exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	318.756.799,11	Índice de Endividamento	1,46000000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		7.665.818,20	0,00	0,00	0,00	7.665.818,20
Total			7.665.818,20	0,00	0,00	0,00	7.665.818,20
Observação							

3. Inform  **inanc. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**

3.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não existem outras informações relevantes.

4. Fatores de Risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1. FATORES DE RISCO QUE PODEM INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA.

a) Com relação à Companhia.

A companhia pode não conseguir efetivar seu planejamento estratégico e deixar de atingir sua meta de retomada do mercado, trazendo assim grande prejuízo ao seu negócio.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle.

Os controladores da Companhia têm o poder de controlar, incluindo poder de eleger membros da Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, tais como reorganizações societárias, transações com partes relacionadas, pagamento de dividendos futuros, dentre outros. As decisões tomadas diante de este poder podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

c) Com relação aos acionistas da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia.

Fatores econômicos podem causar um aumento nos preços de insumos e serviços, além daqueles previstos no orçamento da companhia, causando redução na margem de lucro e conseqüentemente freando o consumo.

f) Com relação aos clientes da Companhia.

O Setor de Papelão ondulado reciclado sofre com a sazonalidade do preço de seu principal insumo, a apara de papelão, o que produz uma volatilidade no preço de venda.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia.

A Companhia sofre concorrência em todos os segmentos em que atua. No segmento de Papel, Chapa e caixas de papelão ondulado seus principais concorrentes no mercado interno são Klabin, Penha e Ondunorte. No segmento de sacos industriais, seus principais concorrentes no mercado interno são Klabin, Trombini, Albuquerque.

4. Fator  co / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia.**

Não há fator de risco relevante.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua.

Não há fator de risco relevante.

j) Com relação a questões socioambientais

A Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos ambientais na esfera federal, estadual e municipal. Esse conjunto de regras contém complexas normas de controle ambiental, dentre as quais se destacam as que tratam da descarga de materiais efluentes líquidos tratados em corpo receptor. O descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, pode resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Note-se, ainda, que a legislação ambiental está se tornando mais rigorosa no Brasil, sendo possível que os investimentos e despesas necessários à observância da legislação ambiental aumentem substancialmente no futuro, o que poderá afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

4. Fator  co / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2. DESCREVER, QUANTITATIVAMENTE E QUALITATIVAMENTE OS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE O EMISSOR ESTA EXPOSTO, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXAS DE JUROS.

Não há fator de risco relevante.

4. Fator co / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTES, SÃO RELEVANTES PARA SEUS NEGÓCIOS E NÃO ESTÃO SOB SIGILO.

i. Trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava no polo passivo de várias ações de natureza trabalhista, consistentes, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre insalubridade, pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. O valor total envolvido nos processos.

A Companhia acredita que o número de ações trabalhistas seja elevado, e o conjunto de ações é considerado relevante e suficiente a ponto de poder impactar adversamente em seus resultados.

ii. Tributários.

Não há processos relevantes no exercício de 2020.

iii. Cíveis.

Não há processos relevantes.

iv. Ambientais.

Não há processos relevantes.

v. Outros.

Não há processos relevantes.

4.3.1. VALOR TOTAL PROVISIONADO

Não há.

4. Fator  co / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE E CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SÃO ADMINISTRADORES OU EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES OU EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES DA COMPANHIA OU DE SUAS CONTROLADAS.

Não há.

4. Fator  co / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. IMPACTOS EM CASO DE PERDA E VALORES ENVOLVIDOS EM PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE.

Não há.

4. Fator  **co / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos**

4.6. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO E QUE EM CONJUNTO SEJAM RELEVANTES, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE.

i. Trabalhistas.

Não há.

ii. Tributários.

Não há.

iii. Cíveis.

Não há.

iv. Ambientais.

Não há.

4. Fator  co / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES.

Não há.

4. Fator  co / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8. INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DO EMISSOR ESTRANGEIRO E REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR ESTRANGEIRO ESTÃO CUSTODIADOS.

Não há.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Não há.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

a) Com relação à política de gerenciamento

Não há.

b) Com relação a objetivos e estratégias da política de gerenciamento

Não há.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3. CONTROLES INTERNOS ADOTADOS****a) Principais práticas**

Não há.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

Não há.

c) Supervisão da eficiência dos controles internos

Não há.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos**1. REVISÃO DO AMBIENTE DE CONTROLES INTERNOS****1.1 AUSÊNCIA DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS**

Não nos foi apresentada uma política formalizada contendo normas e procedimentos que devem ser adotados desde o momento do contato com o cliente até seu respectivo faturamento e controle dos recebimentos.

Entendemos ser de suma importância o desenvolvimento dessa política, com objetivo de orientação aos profissionais envolvidos no processo, bem como, a verificação em casos de não cumprimento ao estabelecido.

Recomendamos elaborar, divulgar e passar a cumprir o estabelecido nessas normas e procedimentos, importante constar na política todo o processo a ser observado e desenvolvido, contento inclusive, limites de alçadas para as devidas aprovações.

1.2 AUSÊNCIA DE POLÍTICA DE VENDAS

A Companhia não possui uma política de vendas definida e que possa ser usada como parâmetro ao departamento comercial no momento de efetuar uma negociação com seus clientes.

Conforme verificamos a Companhia possui elevado valor de clientes em atraso, e essa política deve evitar vendas a clientes inadimplentes, uma política de vendas bem estruturada é fundamental para a Companhia conduzir os seus negócios com confiabilidade, profissionalismo e com segurança, ajuda a ter mais organização e precisão na hora buscar informações sobre o público-alvo, definir metas e fechar mais e melhores vendas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendamos a elaboração e implantação da política de vendas, e que a Administração realize um trabalho de treinamento e conscientização dos empregados, visando obter uma padronização nos procedimentos de vendas.

1.3 AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO NO PEDIDO DE VENDA

As vendas são atualmente feitas pela Sra. Jeane Alves Araújo (comercial), a mesma realiza a proposta comercial e o pedido de vendas. O pedido de venda é assinado pela própria Sra. Jeane Alves, e depois averiguado e assinado pelo setor financeiro, e pelo supervisor de produção.

Dessa forma verificamos que o Pedido de Venda não vem sendo conferido e aprovado por superior hierárquico competente para averiguar se a venda está sendo negociada em condições adequadas e de acordo com as normas da Companhia

Recomendamos que o Pedido de Venda seja revisado e aprovado por superiores hierárquicos competentes no setor comercial e não somente por quem realiza a Venda.

1.4 UTILIZAÇÃO DE DIVERSOS SISTEMA DE CONTROLE

Constatamos ausência de integração de todos os produtos e processos em um único sistema de controle.

Verificamos com a Sra. Jeane Alves, comercial, que a Conpel utiliza o Sistema SIADNE para controle comercial dos produtos. Por outro lado, utiliza o método manual (via Excel) para controle do produto papel.

A ausência de um sistema integrado que controle todos os produtos e processos em um único sistema, acarreta em desperdício de tempo trabalhado pelos empregados, que tem que consultar diversas bases, bem como gera insegurança nas informações e é mais suscetível a erros.

Recomendamos que a Companhia estude a possibilidade de agrupar todos os processos em um único sistema de controle, e principalmente evite controles manuais desenvolvidos em Excel, por possuir maior sensibilidade para falhas humanas

1.5 FALTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE SISTEMA COMERCIAL E DE FATURAMENTO

Constatamos ausência de integração entre os sistemas comerciais utilizados e o sistema Datasul, onde é realizado o faturamento das notas fiscais e a integração com o setor contábil. Como não existe a integração é necessária que seja informado novamente ao sistema Datasul todos os pedidos de venda.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A ausência de um sistema integrado, acarreta em desperdício de tempo trabalhado pelos empregados, bem como gera insegurança nas informações e é mais suscetível a erros.

Recomendamos que a Companhia desenvolva uma forma de integrar o sistema comercial ao sistema de faturamento.

1.6 CONTROLE DE ORDEM DE VENDA PARA PRODUTO PAPEL

Para os produtos advindos do grupo de papel todo o controle de pedido é realizado via Excel, como o processo não é informatizado não há emissão de uma ordem de venda adequada, nem a formalização da venda por documento auxiliar que cumpra a mesma função.

Quanto ao arquivamento do processo de venda, para o controle em Excel, recolhem-se as autorizações na própria ordem de compra entregue pelo cliente e arquiva-se junto ao e-mail de negociação e o comprovante de pagamento. Não há o arquivamento da ordem de venda.

Recomendamos que o processo de controle de venda para os produtos advindos do grupo de papel passe a ser informatizado, o que minimiza a ocorrência de erros e facilita a conferência de informações pelos setores envolvidos, quanto ao arquivamento dos documentos envolvidos, recomendamos que a Ordem de Venda devidamente autorizada seja parte integrante do processo finalizado e arquivado.

1.7 SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DE FATURAMENTO

A atividade desenvolvida pelo Sr. Sulyvan do setor de faturamento não possui supervisão por superiores imediatos, além do que identificamos alterações manuais feitas no sistema Datasul antes do envio da Nota Fiscal de faturamento para a SEFAZ

Após conferida todas as informações da nota fiscal no sistema Datasul, clica-se em "Efetivar Nota", se o sistema não identificar qualquer problema nas informações indicadas a nota fiscal é processada, feito isso o colaborador envia a Nota Fiscal para a SEFAZ, mas preenche a data de emissão para envio manualmente porque segundo o Sr. Sulyvan o modo automático deixa o sistema muito lento

Recomendamos que as atividades do setor de faturamento sejam avaliadas e aprovadas por superiores competentes, sendo que alterações manuais não devem ser feitas, visando manter a integridade dos dados gerados pelo sistema.

1.8 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES DO CONTAS A PAGAR E CONTAS A RECEBER

Atualmente o Sr. Cleidison Soares da Silva é responsável pelas atividades das contas a receber e das contas a pagar.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Visando maior agilidade nas tarefas desenvolvidas e melhoria dos controles de cada área sugerimos que cada atividade seja executada por um profissional diferente.

1.9 PROCEDIMENTOS FALHOS PARA COBRANÇA DE TÍTULOS VENCIDOS

A Conpel não possui um controle efetivo com relação ao contas a receber no sistema financeiro, desta forma há muitos títulos vencidos à longa data (abertos há mais de 365 dias), onde não é realizada a devida cobrança uma vez que não há certeza de que aquele título foi pago pelo cliente ou não, tornando assim as informações do contas a receber não confiáveis.

Atualmente é feita a cobrança apenas daqueles títulos vencidos recentemente, sendo que não é praticada ação jurídica e ou protesto de títulos vencidos há longa data.

Verificamos ainda que há pendências de liquidações no sistema DATASUL de títulos que já haviam sido pagos.

Por mais que haja uma provisão para perda destes valores, sugerimos que a Conpel realize um trabalho detalhado no contas a receber, afim de realizar a baixa daqueles títulos que já foram liquidados, e assim, obter uma base apenas do que está em aberto, e com isso adotar procedimentos mais agressivos para recebimentos dos valores em aberto a longa data.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

1.10 AUSÊNCIA DE METAS DE VENDAS E PERCENTUAIS DE COMISSÕES

Como norma da empresa é contratada apenas pessoas jurídicas como representantes comerciais, sendo que, são acordadas o percentual de comissões a serem pagas conforme montante vendido, sendo que também não existe uma política definindo metas de vendas a serem cumpridas.

Recomendamos que seja desenvolvida uma política que estabeleça metas a serem cumpridas pelos vendedores, bem como definição de percentuais em igualdade para todos os representantes, importante ressaltar que as comissões só devem ser pagas após o recebimento do valor negociado com o cliente, evitando vendas a clientes inadimplentes.

1.11 AUSÊNCIA DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA COMPRAS

O processo de compras envolve principalmente compra de materiais para revenda, e itens de uso e consumo.

Não nos foi apresentada uma política formalizada contendo normas e procedimentos que devem ser adotados desde o momento da necessidade da compra até seu respectivo faturamento e controle dos pagamentos.

Entendemos ser de suma importância o desenvolvimento dessa política, com objetivo de orientação aos profissionais envolvidos no processo, bem como, a verificação em casos de não cumprimento ao estabelecido.

Recomendamos elaborar, divulgar e passar a cumprir o estabelecido nessas normas e procedimentos, importante constar na política todo o processo a ser observado e desenvolvido, contento inclusive, limites de alçadas para as devidas aprovações.

1.12 ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DOS ITENS DE ESTOQUE

O acompanhamento do consumo de itens de estoque (aparas), é realizado via Excel. Há um arquivo em Excel em rede que pode ser editado apenas pelo departamento do almoxarifado, esse arquivo fica disponibilizado para o setor de compras, porém não ficam habilitadas alterações. Esse arquivo é o controle de aparas que os setores utilizam para identificar a necessidade de compra do item. Aparas é a principal matéria-prima da empresa, trata-se de papelão reciclado. Diante disso, pode haver problemas no acompanhamento, visto que o procedimento é manual.

Recomendamos que a Companhia adote um procedimento mais eficaz para o acompanhamento do consumo, e principalmente evite controles manuais desenvolvidos em Excel, por possui maior sensibilidade para falhas humanas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

1.13 PROCEDIMENTOS MANUAIS NA REALIZAÇÃO DAS BAIXAS DOS TÍTULOS

Observamos que as baixas de pagamentos feitas via Banco do Brasil são feitas 100% manualmente no sistema Datasul.

Ressaltamos que procedimentos manuais apresentam risco pois são mais suscetíveis a erros com consequente distorção dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como, apresentam riscos de fraude.

Recomendamos à Administração da Companhia que desenvolva a integração com o Banco do Brasil e respectivo módulo do sistema Datasul, a fim de mitigar os riscos apresentados.

2. CONCLUSÃO

Com base nas constatações descritas nesse relatório, obtidas através da análise e revisão dos processos e controles internos adotados pela Companhia e que dão origem aos saldos registrados em suas demonstrações financeiras na data base de 31 de dezembro de 2020, concluímos que há elevado grau de fragilidade no ambiente de controles internos, que expõe a Companhia a riscos significativos quanto à manutenção de suas atividades operacionais.

O ambiente de Controles Internos deve ser aprimorado a fim de proporcionar maior segurança sobre os saldos contábeis registrados nas Demonstrações Financeiras, bem como para guarda e proteção dos ativos e prevenção a cerca de possíveis contingências.

Consideramos, com base em nossas análises, que as situações mais críticas envolvem os processos de venda, cobrança de títulos vencidos, produção e controle dos estoques, atividade principal para manutenção das operações da Companhia e cujos controles apresentam alto grau de fragilidade, tornando os processos altamente suscetíveis à ocorrência de erros e/ou manipulações indevidas.

Ressaltamos ainda, que os valores referentes aos pontos descritos neste Relatório, representam Grupos de Contas relevantes no balanço patrimonial e têm influência direta na fidedignidade e adequação das Demonstrações Financeiras.

No que diz respeito ao cumprimento da legislação fiscal e tributária, constatamos que as divergências encontradas podem ser evitadas através da adoção de um procedimento de conferência e cruzamento das informações fiscais e contábeis após o fechamento do mês e, antes do envio das obrigações ao fisco. Ainda, ressaltamos que a legislação fiscal está sujeita as mais diversas interpretações, eventualmente, as autoridades fiscais poderão questionar os aspectos citados ou realizar outras menções baseadas no seu entendimento das normas jurídicas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Inventário Físico

De um modo geral a execução do inventário ocorreu dentro do cronograma previsto, e os procedimentos estabelecidos pela Companhia no momento da reunião anterior ao inventário, foram executados a contento, no entanto, diversos fatores observados durante as contagens e expostos neste memorando sugerem alto grau de fragilidade das informações geradas a partir deste grupo de contas contábeis, conforme sumarizamos a seguir:

- Condições inadequadas de guarda dos itens de estoque, produtos expostos a condições climáticas, o que aumenta a exposição da Companhia a riscos de prejuízos financeiros por perdas;*
- Ambiente de controles possui alto grau de fragilidade, demonstrada principalmente por situações como falta de identificação de produtos e localização de um mesmo item em lugares diferentes;*
- Ausência de procedimentos simples para realização dos ajustes no sistema para refletir as contagens realizadas, o que gera incerteza quanto aos resultados apurados;*
- Baixo grau de confiabilidade nas informações fornecidas para a Administração dado o montante de ajustes realizados nas demonstrações contábeis não refletir os resultados apurados nas contagens.*
- Divergência entre a contagem realizada pela Conpel e o acompanhamento da RSM decorrente de movimentação dos estoques anterior a finalização dos procedimentos de inventário.*

*O inventário físico resultou em ajuste (baixa contábil) no montante de **R\$ 47.820**, uma redução de 3% do saldo total contabilizado na data das contagens. Asseguramos as quantidades apuradas nas contagens de todos os itens que compõe nossa amostra, conforme demonstramos neste memorando.*

Com base nos testes e procedimentos de auditoria executados pela nossa equipe e nos resultados obtidos, concluímos que os procedimentos de contagem física dos estoques da CONPEL - Companhia Nordestina de Papel atendem minimamente os requisitos necessários para assegurar a existência dos estoques registrados em 31/12/2020, no entanto, dado o cenário atual observado durante nossos trabalhos, concluímos que o atual ambiente de controles internos da Companhia, no que se refere à manutenção dos estoques pode ser considerado frágil em muitos aspectos.

Ressaltamos que a prática atual dificulta a identificação de perdas, seja por deterioração ou até mesmo desvio ou furto de produtos. É notório que a Companhia enfrenta sérias dificuldades financeiras, dessa forma, é de extrema importância que sejam adotados controles, mesmo que simples, efetivos sobre sua operação, evitando até um agravamento da situação atual.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendamos especial atenção da Administração para todos os assuntos mencionados de forma a reduzir os riscos aos quais a Companhia está exposta.

e) Comentário dos Diretores sobre as deficiências apontadas

Para o exercício de 2021, já promovemos algumas mudanças em relação aos pontos levantados, pois em 2020, devido ao alastramento da pandemia e a política adotada pela companhia para preservar a integridade dos colaboradores, muitas vezes nesse exercício foi utilizando o “Home Office” que acabou dificultando algumas tratativas em relação a execução projetos de melhorias, tanto em segurança, controles internos e otimização de processos.

No tocante aos temas relativos ao setor financeiro no início do exercício de 2021, já mudamos a operação para um Centro de Serviços Compartilhados, localizado na cidade de Curitiba-PR, considerando a redução de custo, para montar algo similar “in loco”. A companhia Conpel optou por migrar parte das atividades para o CSC do grupo de empresas na qual ela faz parte. Portanto nesse ano de 2021 a Conpel já dispões de segregação de colaboradores responsáveis pelo o contas a pagar, contas a receber e tesouraria, contando com atividades de análise de crédito, baixas, fluxo de caixa, cobrança e todas as demandas vinculadas a esse setor. Já saneando todas as informações necessárias para o bom andamento da companhia em relação as informações financeiras.

Com relação ao parque industrial e estrutura da companhia, houveram investimentos na estrutura companhia como um todo e que certamente apresenta uma melhora substancial nas condições oferecidas a seus colaboradores.

Houve também uma consultoria especializada na filosofia “Lean Manufacturing”, visando evitar perdas e desperdícios, eliminar trabalhos que não agregam no processo produtivo, aumentando a eficiência e qualidade no parque fabril.

Também houve investimento em um software da empresa Símula, com a contratação do TrimPaper, programa de planejamento que visa a melhor sequência de produção considerando variáveis como larguras e gramaturas distintas a serem produzidas. Com essa ferramenta vamos ter uma melhor conjugação da produção. Também foi contratado o módulo TrimBox, voltado para a produção de embalagens de papel ondulado, dentre as possibilidades desse sistema destacamos, especificação da embalagem, formação de preço, avaliação de capacidade em máquina e otimização de ondulateira.

Com essas ações já tomadas e colocando em prática os novos projetos sobe a tutela do novo diretor, acreditamos que haverá uma melhora significativa em controles internos acuracidade de informações, sempre visando o melhor resultado para companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não há.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

Não há.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Não há.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	16/04/1971
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6. História missor / 6.3 - Breve histórico

6.3. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA.

A CONPEL (Companhia Nordestina de Papel) atua desde 1971 no setor de fabricação de embalagens. Destaca-se por sua atuação responsável e consolidada no mercado de papéis para embalagens. Está localizada às margens da BR 101, Km 06, município do Conde/PB, sendo de 15 km a distância para o centro de João Pessoa/PB e 110 km para o centro de Recife/PE.

Visando atingir suas metas de crescimento, qualidade e desenvolvimento tecnológico, a CONPEL investe na constante atualização de seus colaboradores, sempre motivados e comprometidos com as normas e condutas da empresa. A Companhia possui um efetivo funcional de aproximadamente 140 colaboradores distribuídos em setores administrativos, produção e manutenção. Além de promover várias iniciativas de cunho educacional e social, a CONPEL investe no desenvolvimento e suporte tanto dos seus funcionários quanto dos membros das comunidades à cerca da sua unidade industrial. Dispondo de equipamentos modernos, a sua capacidade anual é de produzir 68.088 toneladas de papel e sacos.

A CONPEL demonstra e operacionaliza seu compromisso ético perante a sociedade brasileira através da melhoria contínua de suas atividades nas áreas de Segurança, Saúde e Meio Ambiente. O parque industrial da CONPEL é formado por três unidades integradas para produção de papel, sacos multifolhados e caixas de papelão ondulado, que são:

A Fábrica de Papel - FAPE, tem sua produção destinada à fabricação de caixas de papelão ondulado e cônicas, segue normas e procedimentos técnicos fabril da ABTCP (Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel). A Fábrica de Sacos Multifolhados - FASA é estruturada com tubeiras, coladeiras e sistema de transporte automático sincronizado, equipamentos com alto desempenho e que exigem profissionais capacitados e devidamente comprometidos na qualidade total. A FASA atende às exigências do mercado na fabricação de toda linha de sacos para o envase de produtos minerais, como gesso, calcário, bentonita e principalmente a indústria cimenteira. A Fábrica de Caixas de Papelão Ondulado – FCA, integrada com a FAPE, possui máquinas versáteis para o desenvolvimento e fabricação de todas as estruturas de caixa máster, sendo normais ou especiais. Atualmente, possui estrutura de máquina ondulateira e de impressoras.

6. Histórico Emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação**6.5. INDICAR SE HOUVE PEDIDO DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADO EM VALOR RELEVANTE, OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DO EMISSOR, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS.**

Em função da deterioração da economia brasileira, alinhada com a fragilidade da estrutura financeira e tendo ainda grande dificuldade em captação de créditos, sejam para giro operação ou para melhorias do seu parque fabril, em 26/05/2017 o Conselho de Administração aprovou em AGE o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial da companhia. Referido pedido foi impetrado em 29/06/2017 e deferido em 18/08/2017 sob número do processo 0800411-61.2017.8.15.0441 na Vara única de Conde/PB.

6. Histórico Emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES.

Não há.

7. Atividade Emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas**7.1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS.**

As atividades da Companhia compreendem a fabricação de papéis reciclados, chapas e embalagem de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados. A principal matéria prima na produção do papel é o insumo de aparas. As embalagens produzidas pela Conpel atendem diversos setores, nos quais se destaca a construção civil, o setor alimentício.

7. Atividade Emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

7.1.a INFS. DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

Não há.

7. Atividade Emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais**7.2. SEGMENTOS OPERACIONAIS.****a) produtos e serviços comercializados.**

A Conpel atua em um único segmento operacional que compreende a fabricação de papéis reciclados, chapas e embalagem de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados. Tendo em vista que a análise realizada tem como parâmetros as informações aprovadas pela Deliberação da CVM nº 582/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 22.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia.

Os resultados auferidos através de sua atividade resultam unicamente na composição das receitas divulgadas no item 7.6 (a) deste formulário, que compreendem 100% de participação das atividades na receita líquida, pois a companhia atua em um único segmento.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

Os resultados auferidos através de sua atividade resultam unicamente na composição dos lucros ou prejuízos apresentados abaixo, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, que compreendem 100% de participação das atividades no lucro líquido, pois a companhia atua em um único segmento.

RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Em Milhares de Reais	2020	2019	2018
Prejuízo Líquido do Exercício	(12.032)	(13.523)	(20.976)

7. Atividade:  emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados**7.3. PRODUTOS E SERVIÇOS.****a) características do processo de produção.**

As características da Conpel em seu processo produtivo compreendem as seguintes linhas de produção, mencionadas abaixo:

FÁBRICA DE PAPEL.

Com produção destinada à fabricação de chapas/caixas de papelão ondulado, com papel reciclado 100% OCC.

Seus principais produtos são:

- Conpelmil: Papel Miolo de 110 g/m² a 210 g/m²;
- Conpelcor: Papel Capa de 110 g/m² a 200 g/m²;
- Conpelmac: Papel Maculatura de 210 g/m².

FÁBRICA DE CHAPAS.

Fabricação de chapas de papelão reciclada/Kraft onda B, C ou BC destinadas ao segmento de embalagens.

Seus principais produtos são:

- Chapas Recicladas: 365 g/m² - 760 g/m²;

FÁBRICA DE CAIXAS DE PAPELÃO ONDULADO.

Fabricação de caixas para embalagens de produtos diversos, com foco no mercado de hortifrutícolas e cerâmico.

Seus principais produtos são:

- Caixa Normal Colada;
- Caixa Normal Grampeada;
- Caixa Corte e Vinco.

FÁBRICA DE SACOS MULTIFOLHADOS.

Fabricação de sacos de papel Kraft extensível multifolhados, micro perfurados, colados e valvulados.

Seus principais produtos são:

- Sacaria para Indústrias de Cimento;
- Sacaria para Indústrias de Minérios (gesso, bentonita, caulim, cal, barita, calcário, óxido de alumínio, argamassas).

7. Atividade: Conpel emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados**b) características do processo de distribuição.**

O processo da Conpel é composto por uma equipe de vendedores internos e externos. A entrega dos produtos vendidos é terceirizada.

c) características dos mercados de atuação:

A área de atuação compreende toda a região do nordeste brasileiro.

i. Participação em cada um dos mercados por renda.

Não foi medido.

ii. Participação em cada um dos mercados por localização.**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA POR SEGMENTO (RECEITAS)**

Região	Receita Bruta	% Participação
Nordeste	61.064	97,20%
Norte	892	1,42%
Sudeste	415	0,66%
Sul	452	0,72%
TOTAL	62.823	100,00%

iii. Participação e condições de competição nos mercados.

Não foi medido.

d) eventual sazonalidade.

Não há.

e) principais insumos e matérias primas.**Aparas Recicladas.**

Sucata de papelão prensada, principal matéria-prima para a produção de papel.

Devido diversificação desta matéria prima no mercado paraibano, a companhia busca melhores preços em estados próximos, visando a redução dos seus custos de produção.

Seus principais fornecedores são:

- Cabral Lins Com. Atacadista de Papel e Papelão Recicláveis Ltda. - EPP;
- Riograndense Papeis Eireli-ME;
- Central Nordestina de Aparas;
- Serido Embalagens Ltda. Me
- Geraldo Francisco Ribeiro

7. Atividade:  emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados**Papel KNE.**

Papel não branqueado, essencialmente de fibra longa, altamente resistente ao rasgo e a energia absorvida na tração. Usado para embalagem de sacos de papel.

Seu principal fornecedor:

- Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná.

Tintas.

Tinta flexográfica a base de água indicada para impressoras, sendo utilizada em caixas de papelão ondulado e sacaria.

Seus principais fornecedores são:

- Vivacor Industria Tintas e Vernizes Ltda.;
- Luminar Tintas e Vernizes Ltda..

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

A companhia mantém relação com seus fornecedores, buscando sempre praticar compra pela relação custo benefício.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores.

A Companhia não possui dependência de fornecedores.

iii. eventual volatilidade em seus preços.

Dentro do mercado de atuação da Companhia poderá ocorrer eventual volatilidade nos preços da sua principal matéria-prima, as “aparas”, que estão sofrendo altas consideráveis, em virtude da negociação entre fornecedores que vem estabelecendo uma média de preços no mercado.

Diante desse cenário a Companhia vem realizando estudos de viabilidade econômica para se buscar a matéria-prima em outros estados.

7. Atividade  emissor / 7.4 - Principais clientes**7.4. CLIENTES RELEVANTES (RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DA COMPANHIA).****a) montante total de receitas provenientes do cliente.**

A carteira de Clientes da Companhia esta pulverizada não havendo riscos para a operação.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Em função da atuação da Companhia ser diversificada em linhas de produção não há existência de segmentos operacionais, não afetando a sua operacionalidade.

7. Atividade Emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal**7.5. EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPANHIA.**

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

Não se aplica a companhia.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

As normas da empresa relacionadas ao meio ambiente são baseadas nas legislações ambientais, cuja periodicidade de cumprimento são estabelecidas pelas próprias legislações

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Não há.

7. Atividade emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**7.6. INFORMAÇÕES ACERCA DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES.**

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

As informações apresentadas abaixo refletem a posição financeira da empresa em relação à receita operacional líquida nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, segregadas por família de produto.

DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS POR FAMÍLIA DE PRODUTOS

	2020	(%) da receita líquida	2019	(%) da receita líquida	VARIAÇÃO (%) 2020 / 2019	2018	(%) da receita líquida	VARIAÇÃO (%) 2019 / 2018
RECEITA OP. LÍQUIDA	43.709	100%	20.114	100%	117%	16.700	100%	20%
Papel	18.358	42%	10.318	51%	78%	8.224	49%	25%
Chapas	13.330	30%	3.935	20%	239%	4.390	26%	-10%
Caixas	8.588	20%	4.776	24%	80%	3.620	22%	32%
Sacos	3.434	8%	1.085	5%	216%	451	3%	141%

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável a companhia.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável a companhia.

7. Atividade Emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7. REGULAÇÃO DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES.

Não aplicável a companhia.

7. Atividade Emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8. OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DA COMPANHIA.

Não há.

7. Atividade emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.

8. Negócios  Ordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1. INDICAR A AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

Não houve.

8. Negócios Ordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2. INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR.

Não houve.

.

8. Negócios Ordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3. IDENTIFICAR OS CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.

Não houve.

8. Negócios Ordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não há.

9. Ativos Conpel ites / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**9. ATIVOS RELEVANTES****9.1. BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA COMPANHIA, INDICANDO, EM ESPECIAL.**

a) ativos imobilizados (inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento), identificando a sua localização.

Descrição do Bem	Complemento	Pais de Localização	Município / UF de Localização	Tipo de Propriedade
TERRENO (Área total 25,2 há)	Área Construída: 30.000 M ² Ruas E Pátios: 10.000 M ²	Brasil	Conde/PB	Própria
Máquina de Papel	Fabricante: CFF – Cia Federal de Fundação Ano de fabricação: 1969 (Reformada em 2004)	Brasil	Conde/PB	Própria
Onduladeira	Fabricante: Tomasoni Indústria de Máquinas Ltda Ano de Fabricação: 2006	Brasil	Conde/PB	Própria
Impressora Caixa Normal - PS 2400	Fabricante: SEB Ano de Fabricação: 1994	Brasil	Conde/PB	Própria
Impressora Caixa Corte e Vinco – Titan-BR	Fabricante: Langston Ano de Fabricação: 2007	Brasil	Conde/PB	Própria
Tubeira AM-2145/37-765	Fabricante: Windmoller & Holscher Ano de Fabricação: 1991	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira 1/522/1185	Fabricante: Gattermann & Hollmenn Ano de Fabricação: 1972	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira 1/522/2918	Fabricante: Gattermann & Hollmenn Ano de Fabricação: 1984	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira AD 2377/37.768	Fabricante: Windmoller & Holscher Ano de Fabricação: 1991	Brasil	Conde/PB	Própria

b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia.

Não há registros.

i. Duração.

Não há.

ii. Território Atingido.

Não há.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos.

Não há.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

Não há.

c) sociedades em que a Companhia tem participação.

Não há.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
TERRENO área total 25,2 ha - ÁREA CONSTRUÍDA: 30.000 M ² - RUAS E PÁTIOS: 10.00	Brasil	PB	Conde	Própria
Máquina de Papel - Fabricante: CFF – Cia Federal de Fundação - Ano 1969	Brasil	PB	Conde	Própria
Onduladeira - Fabricante: Tomasoni Indústria de Máquinas Ltda - Ano 2006	Brasil	PB	Conde	Própria
Impressora Caixa Normal - PS 2400 - Fabricante: SEB - Ano de Fabricação: 1994	Brasil	PB	Conde	Própria
Impressora Caixa Corte e Vinco – Titan-BR - Fabricante: Langston - Ano 2007	Brasil	PB	Conde	Própria
Tubeira AM-2145/37-765 - Fabricante: Windmoller & Holscher - Ano 1991	Brasil	PB	Conde	Própria
Coladeira 1/522/1185 - Fabricante: Gattermann & Hollmenn - Ano 1972	Brasil	PB	Conde	Própria
Coladeira 1/522/2918 - Fabricante: Gattermann & Hollmenn - Ano 1984	Brasil	PB	Conde	Própria
Coladeira AD 2377/37.768 - Fabricante: Windmoller & Holscher - Ano 1991	Brasil	PB	Conde	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

9. Ativos ites / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... *valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso*” atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens avaliados é de R\$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (*Impairment*) no exercício de 2017.

10. Com  dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais.****a) condições financeiras e patrimoniais gerais.**

A diretoria vem buscando readequar sua estrutura financeira e patrimonial para que a companhia possa retomar seu espaço no mercado, perdido em detrimento das condições econômicas do país. Em 2017 iniciamos uma reestruturação econômica que vem impactando positivamente os exercícios posteriores, incluindo o exercício de 2020, elevando os resultados a níveis sustentáveis.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Devido à dificuldade financeira em que a companhia vem passando, não há hipótese de resgate de ações ou quotas.

I. Hipóteses de Resgate

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.

II. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

O Atual momento da companhia é de dificuldade, como pode ser percebido em nossos números, porém a direção já traçou metas para honrar com os compromissos assumidos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Não houve.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Há necessidade de investimentos em ativos não-circulantes, para isso a companhia buscará fontes de financiamento.

10. Com o Conpel ; dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f) níveis de endividamento e características das dívidas.**

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes; II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras; III. Grau de subordinação entre as dívidas.

Banco	Modalidade	Valor Original Empréstimos	Saldo a Pagar Atualizado em 31/12/2020	Taxa de Juros / Mês	Parcelas Restantes
Banco do Nordeste	Capital de Giro	2.383	405	0,55%	-
Continental	Capital de Giro	2.259	2.259	1,64%	-
Daycoval	Capital de Giro	1.502	1.502	1,64%	-
Fórmula ADM	Capital de Giro	554	554	1,64%	-
Formula Solucoes	Capital de Giro	580	580	1,64%	-
Manhattan	Capital de Giro	73	73	1,64%	-
SRM	Capital de Giro	1.346	1.346	1,64%	-
Starke	Capital de Giro	495	495	1,64%	-
RDP Administração e Participações Ltda.	Capital de Giro	165	165	1,00%	6
Engetecnica Construções Cívis e Com. Ltda.	Capital de Giro	275	275	1,00%	6
TOTAIS		9.632	7.654		

II. RELAÇÕES DE LONGO PRAZO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

Não há.

III. GRAU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE AS DÍVIDAS.

Não há.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável à companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

A companhia não possui atualmente uma linha de crédito junto a Instituições financeiras.

10. Com o Conpel ; dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Em milhares de Reais			
	2020	2019	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	62.823	29.373	113,88%
(-) Deduções sobre vendas	(19.113)	(9.259)	106,43%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	43.709	20.114	117,31%
Custo dos produtos vendidos	(42.666)	(22.919)	86,16%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.043	(2.805)	-137,18%
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.907)	(6.373)	-70,08%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(864)	(9.178)	-90,59%
Resultado Financeiro Líquido	(11.811)	(5.036)	134,54%
Imposto de Renda e Contribuição Social	644	691	-6,80%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL LÍQUIDO	(12.031)	(13.523)	-11,03%

Receita Operacional Bruta: A receita operacional bruta passou de R\$ 29.373 mil em 2019 para R\$ 62.823 mil em 2020, variação motivada pelo aumento da carteira de clientes em 2020.

Custo dos Produtos Vendidos: O custo das vendas em relação à Receita Bruta diminuiu se comparado a 2019, o que mostra que as ações tomadas pela direção começam a se mostrar eficazes.

Receitas e Despesas Operacionais: Ocorreu uma grande diminuição devido apropriação de PCLD e reconhecimento de alguns impostos devidos e inscritos em Dívida Ativa.

Resultado Financeiro Líquido: Neste exercício de 2020 as contas das despesas financeiras tiveram aumento, isso deve ao aumento das vendas com consequente antecipação de recebíveis, bem maior se comparado a 2019.

ATIVO			
Em milhares de Reais			
	2020	2019	VARIAÇÃO
CIRCULANTE	37.530	15.924	135,68%
Cientes (Contas a Receber)	21.617	8.501	154,29%
Estoques	2.490	1.174	112,10%
NÃO CIRCULANTE	62.209	64.639	-3,76%
Realizável a Longo Prazo	1.838	1.787	2,85%
PERMANENTE	60.371	62.852	-3,95%
Imobilizado	60.371	62.852	-3,95%

10. Com o dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Clientes: Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Estoques: Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Imobilizado Líquido: Para o Ativo Imobilizado a variação de -3,95% refere-se quase que somente a depreciação, pois não houve aquisição e baixa relevante.

PASSIVO			
Em milhares de Reais			
	2019	2019	VARIAÇÃO
CIRCULANTE	274.971	243.970	10,86%
Fornecedores Nacionais	22.693	18.268	24,22%
Empréstimos e Financiamentos	7.666	2.320	230,43%
Obrigações Sociais	43.298	36.745	17,83%
Obrigações Tributárias	188.442	181.052	4,08%
Adiantamento de clientes	11.310	4.316	162,05%
Outras Obrigações	1.562	1.269	23,09%
NÃO CIRCULANTE	43.786	43.579	0,47%
Fornecedores Nacionais	10.800	0	100,00%
Obrigações Tributárias	1.342	0	100,00%
Empresas Ligadas	13.874	14.365	-3,42%
Impostos Diferidos	17.770	18.414	-3,50%

Fornecedores: O impacto da crise nas atividades da empresa, reflete em um aumento nos no saldo do Contas a Pagar.

Empréstimos e Financiamentos: A dificuldade de capital de giro ainda persiste, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

Obrigações Sociais e Obrigações Tributárias: O aumento está atrelado aos juros mensais, reconhecido sobre esses tributos em aberto.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Comentários dos diretores sobre.****a) resultados das operações da Companhia.****I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da companhia resulta essencialmente da produção e comercialização de seus produtos no segmento de papéis do tipo kraft, chapas de papelão, embalagem de caixas e sacos. A receita líquida é altamente impactada por variações de volumes e preços.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A formação de preços dos produtos é diferente nos diversos segmentos que a Companhia atua e sofre influência da inflação, nível de atividade econômica, variação da taxa de juros, carga tributária, preços de matéria prima (aparas de papel), energia e gás natural.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As variações das receitas decorrem especialmente da oferta e a demanda no mercado, bem como a influência do PIB, nível de atividade econômica, inflação, carga tributária e pelos preços dos principais insumos como a aparas, preços dos insumos energéticos e por fatores da economia global como a crise sanitária mundial causada pelo COVID-19.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**c.1) Impacto da inflação.**

Não foram significativos no exercício de 2020.

c.2) Variações de preços dos principais insumos e produtos.

Não houve alterações nos principais insumos da companhia.

c.3) Variações do câmbio e taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro.

Não foram significativos no exercício de 2020.

10. Com  dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. EVENTOS RELEVANTES E IMPACTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADOS DA COMPANHIA.

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não ocorreram e não há previsão de ocorrer eventos relevantes.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não ocorreram e não há previsão de ocorrer eventos relevantes.

c) eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram e não há previsão de ocorrer eventos relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os diretores devem comentar.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não houve mudanças significativas durante o exercício de 2020 nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não há

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Não há

10. Com  dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS DA COMPANHIA.

Atendem a Lei das Sociedades por Ações e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os Pronunciamentos Técnicos.

10. Com  dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial.

Não ocorreram.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não ocorreram.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Comentários/itens não evidenciados

10.7. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não aplicável à companhia.

b) natureza e propósito da operação.

Não aplicável à companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável à companhia.

10. Com  dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA COMPANHIA.**

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos).

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Há estudo em andamento para aumento da capacidade de produção e modernização, mas sem conclusão e realização de investimentos até o presente momento.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

A companhia está avaliando, juntamente com o estudo para aumento da capacidade de produção.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não há.

c) novos produtos e serviços.

Em estudo sem definição até o momento.

10. Com  dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.

Não foram identificados outros fatos.

11. Projeções | 1.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PROJEÇÕES.

a) Objeto das projeções.

Não há.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção.

Não há.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle.

Não há.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção.

Não há.

11. Projeções | 1.2 - Acompanhamento das projeções

11.2. NA HIPÓTESE DE A COMPANHIA TER DIVULGADO, DURANTE OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES.

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não há.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Não há.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não há.

12. Asses  e administração / 12.1 - Estrutura administrativa**12.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA, CONFORME ESTABELECIDO NO SEU ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO.****a) atribuições de cada órgão e comitê.**

A Companhia é administrada por um conselho de administração e por uma diretoria. O conselho de administração é composto de 4 (quatro) conselheiros, que sejam pessoas naturais, acionistas da sociedade e residente no país, eleitos em Assembleia Geral. A diretoria é composta de 2 (dois) diretores no mínimo, sendo um diretor presidente e um diretor superintendente, e até mais 9 (nove) diretores, sendo 8 (oito) diretores sem designação de cargo e 1 (um) diretor adjunto. Os conselheiros possuem um prazo de gestão de 3 (três) anos, já os diretores possuem um prazo de gestão de 1 (um) ano, que se estenderá até a posse dos que forem eleitos para o período seguinte, sendo definidos na ata da Assembleia Geral, suas atribuições em conformidade com o art. 142 da Lei 6.404/76.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.

A sociedade tem um Conselho Fiscal não permanente, composto de 04 (quatro) membros efetivos e 04 (quatro) suplentes, acionistas ou não, o qual funcionará somente no exercício social em que for instalado nas hipóteses previstas em lei. A eleição de seus membros e a fixação de sua remuneração deve ocorrer na Assembleia Geral em que for pedida sua instalação.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

Não há.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.**Compete especialmente ao diretor presidente:**

(a) convocar e presidir as Assembleias Gerais e as Reuniões da Diretoria;

(b) executar e fazer as resoluções das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;

(c) estando vago o cargo de diretor superintendente, exercer também a superintendência.

Compete especialmente ao diretor superintendente:

12. Asses e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (a) substituir o diretor presidente, em sua ausência ou impedimento ocasionais, e estando vago o cargo de diretor presidente, exercer a presidência e superintendência;
- (b) coordenar e superintender as atividades da sociedade;
- (c) dirimir conflitos de atribuições entre demais diretores;
- (d) determinar a orientação geral da administração social e composição de negócios da sociedade;
- (e) representar a sociedade ativa e passivamente em juízo ou foro dele.

As atribuições dos diretores sem designação de cargos e as do diretor adjunto serão estabelecidas na reunião do Conselho de Administração se houver.

À Diretoria como um todo, caberá os poderes de administração, competindo-lhes ainda:

- (a) celebrar contratos de abertura de crédito, de financiamento, e outros similares, com instituições financeiras públicas e privadas.
- (b) quando autorizada pelo Conselho de Administração, alienar bens imóveis, constituir ônus reais sobre bens sociais e prestar garantia a obrigações de terceiros;
- (c) assumir obrigações que impliquem, direta ou indiretamente, na vinculação à sua satisfação ou adimplemento de bens, genérica ou especificamente considerados, indispensáveis à continuidade dos negócios sociais;
- (d) discutir, aprovar e executar orçamentos ou planos de investimentos para os quais seja imprescindível a obtenção, por qualquer forma, de recursos junto aos mercados de capital ou financeiro;
- (e) indicar e nomear procuradores para quaisquer fins;
- (f) representar a sociedade e praticar todos os atos necessários a seu funcionamento regular, inclusive em operações bancárias de descontos, caução de títulos e outros necessários ao giro comercial;
- (g) deliberar sobre as matérias de que trata o parágrafo único do artigo 2º do Estatuto Social que autoriza a criação ou extintos de escritórios, filiais, agências, sucursais, e depósitos em qualquer parte do território nacional, a critério da Diretoria.

12. Asse  e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**12.2. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS.****a) prazos de convocação.**

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 8 dias corridos de antecedência em segunda convocação, observada a regra prevista no art. 124, § 1º, item II, da Lei n.º 6.404/1976.

b) competências.

A Assembleia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, e a ela competirá: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação dos Resultados do exercício e distribuição de dividendos; (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.**Endereço eletrônico:**

<http://www.cvm.gov.br/>
<http://www.conpel.com.br/>

Endereço Físico:

Localizada na Rodovia BR 101 km 06, no Município do Conde, Estado da Paraíba – CEP 58322-000 – Fone: (83) 3690-0550.

d) identificação e administração de conflitos de interesses.

Os conflitos de interesses depois de identificados são administrados pelo Diretor Superintendente, por meio de análise de objeto e análise de situação fadiga.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

Não há regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, pois. Conforme definido em estatuto social somente as ações ordinárias tem direito de voto, cabendo, a cada uma delas, um voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

12. Asses  e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Não há.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

Não há fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das Assembleias Gerais.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Não há.

J) companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede social computadores destinadas a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre pautas das assembleias

Não há.

K) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há

12. Asse e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO CA

		PUBLICAÇÕES		
		2020	2019	2018
Aviso aos Acionistas	Data	29/03/2021	16/06/2020	31/03/2019
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba
Convocação da Assembleia Geral	Data	26/03/2021 - 27/03/2021 - 30/03/2021	16/06/2020 - 17/06/2020 - 18/06/2020	11/04/2019 - 12/04/2019 - 13/04/2019
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba
AGO que Appreciou as Demonstrações Financeiras	Data	29/04/2021	31/07/2020	30/04/2019
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba
Demonstrações Financeiras	Data	31/03/2021	28/03/2020	30/04/2019
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba

a) número de reuniões realizadas no último exercício social

Ocorreu uma AGO.

b) disposição de acordo com os acionistas que estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há

c) regras de identificação de conflitos de interesses

Não há

12. Asses  e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DO ESTATUTO PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE ACIONISTAS E ENTRE ESTES E A COMPANHIA POR MEIO DE ARBITRAGEM.

Não há.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Luiz Cancelier 275.006.089-34	27/04/1958 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	28/08/2020 31/08/2020	3 anos Sim	0 0%
Antônio Eloi Fontana de Pauli 003.034.379-87	31/05/1937 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/07/2020 05/08/2020	3 anos Sim	0 0%
Não há.					
Luiz Cláudio Bettega de Pauli 254.115.199-34	26/06/1954 Engenheiro Químico	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	31/07/2020 04/08/2020	3 anos Sim	0 0%
Não há.					
CRISTIANO CIRIACO DELGADO 015.425.019-89	14/05/1976 Contador	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	31/07/2020 03/08/2020	3 anos Sim	0 0%
Jackson Lenzi Pires 231.122.989-34	07/10/1954 Engenheiro Elétrico	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	31/07/2020 31/08/2020	3 anos Sim	0 0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Luiz Cancelier - 275.006.089-34

Diretor Administrativo da Conpel Cia Nordestina de Papel

Antônio Eloi Fontana de Pauli - 003.034.379-87

Sócio Diretor da empresa APC Administradora de Bens Ltda. Ex diretor das empresas: Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná, Arpeco S/A Artefatos de Papeis, Conpel Cia Nordestina.

Luiz Cláudio Bettega de Pauli - 254.115.199-34

Luiz Cláudio Bettega de Pauli: Membro da Diretoria da empresa Arpeco S/A – Artefatos de Papeis, Membro do Conselho de Administração da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Membro do Conselho da FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Membro do conselho do IBQP – Instituto Brasileiro Qualidade e Produtividade, Coordenador COMAG do SINPACEL, Conselheiro Profissional Certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

CRISTIANO CIRIACO DELGADO - 015.425.019-89

CEO da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Diretor Presidente da empresa Arpeco Artefatos de Papel, Formado em Ciências Contábeis, Especialista e MBA em Finanças e Controladoria.

Jackson Lenzi Pires - 231.122.989-34

Jackson Lenzi Pires: Membro do Conselho de Administração da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Sócio-Gerente da empresa Petrus Construções Ltda, ex-Diretor Geral da Empresa Plásticos do Paraná Ltda, foi engenheiro responsável por centros de operações na Diretoria de Operações da empresa Telepar – Telecomunicações do Paraná (1979-1987).

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Luiz Cancelier - 275.006.089-34	
---------------------------------	--

N/A

Antônio Eloi Fontana de Pauli - 003.034.379-87

N/A

Luiz Cláudio Bettega de Pauli - 254.115.199-34

N/A

CRISTIANO CIRIACO DELGADO - 015.425.019-89

N/A

Jackson Lenzi Pires - 231.122.989-34

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

12. Asses  e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11. DESCREVER AS DISPOSIÇÕES DE QUAISQUER ACORDOS INCLUSIVE APOLICES DE SEGURO QUE PREVEJAM O PAGAMENTO OU REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTADAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU AO EMISSOR, DE PENALIDADE IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS OU ACORDOS COM OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS EM VIRTUDE DE SUAS FUNÇÕES.

Não se aplica

12. Asse  e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.12. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES ASSEMBLEIA E ADMINISTRAÇÃO

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS.

a. objetivos da política ou prática de remuneração.

- Manter uma remuneração que recompense adequadamente aos administradores, respeitando a legislação vigente e proventos equivalentes aos oferecidos ao mercado.

b. composição da remuneração, indicando.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Os membros da Diretoria recebem remuneração fixa mensal e outros benefícios, tais como seguro de vida e assistência médica.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

- Remuneração fixa: 98,5%.
- Benefícios: 1,5%.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

- Em Assembleia Geral Ordinária de acionistas é fixado o montante anual que será empregado na remuneração dos seus administradores.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

- Estar alinhados a prática de mercado e legislação vigente;
- Ser economicamente viável;
- Buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com os objetivos da empresa.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Práticas de mercado e Legislação Vigente.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não se aplica a companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A empresa busca alinhamento através de salários compatíveis com o Mercado.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não se aplica a companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não se aplica a companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	450.000,00		450.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	450.000,00		0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL.

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE.

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6. INFORMAÇÕES A RESPEITO DAS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO.

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES).

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9. INFORMAR QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR E OUTROS VALORES MOBILIARIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS EM ORGÃOS

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDENCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS, FORNECER AS SEGUINTEs INFORMAÇÕES EM FORMA DE TABELA

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
	31/12/2018	31/12/2018
Nº de membros	2,00	4,00
Nº de membros remunerados	2,00	0,00
Valor da maior remuneração	250.000,00	0,00
Valor da menor remuneração	200.000,00	0,00
Valor médio da remuneração	225.000,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12. ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA).

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na remuneração.

13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO.

Diretores Estatutários – 100%.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS.

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS.

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Todas as informações relevantes e pertinentes estão divulgadas nos itens acima.

14. Recursos Humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**14.1. RECURSOS HUMANOS DA COMPANHIA.****a) Empregados.****NÚMERO DE COLABORADORES POR CENTRO DE CUSTO**

DESCRIÇÃO CENTRO DE CUSTO	2020	2019	2018
Presidência e Vice Presidência	1	1	1
Conselheiros	4	4	4
Diretoria Superintendente	0	1	1
Diretoria Administrativo Financeira	2	-	1
Administração	2	2	1
Serviços Gerais	8	5	6
Tesouraria	4	1	1
Gerência Financeira	1	-	-
Expedição e Logística	20	15	8
Fiscal	-	-	1
Comercial	7	2	4
Recursos Humanos	3	2	2
Almoxarifado	3	3	1
Higiene e Segurança do Trabalho	-	5	4
Florestal	1	1	1
Meio Ambiente	-	-	-
Suprimentos	3	1	1
Geração de Vapor	29	25	6
Controle de Qualidade	5	3	3
Fábrica de Papel	44	39	31
Fábrica de Sacos	22	14	17
Fábrica de Caixas	47	18	16
Onduladeira	19	11	11
Manutenção Mecânica	20	10	9
Manutenção elétrica	9	9	6
Planejamento Controle de Producao	3	-	-
Portaria e Segurança	5	-	-
TOTAL DE COLABORADORES	262	172	136

14. Recu manos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) Terceirizados.

EMPRESA	Setor/Departamento	2020	2019	2018
Kantara Administração	Diretor Presidente	1	1	1
J.D Serviços	Diretor ADM e Financeiro	0	1	1
Cancelier Promoções	Diretor ADM e Financeiro	1	-	-
Antonio Elias	Recuperação Judicial	-	1	1
Credibilitá Adm. Judicial	Recuperação Judicial	1	0	0
NLL	Gerência Industrial	1	0	0
J R Agostini	Gerência Industrial	1	0	0
Marcio A.B Fontella	Gerência Industrial	0	1	1
Frederico Marcos Candes	Gerência Vendas	0	1	1
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS		5	5	5

c) índice de rotatividade.

ÍNDICE DE ROTATIVIDADE

2018	Saldo Anterior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rotatividade / mês	140	-4,29%	-1,49%	-22,73%	0,00%	8,82%	-0,90%	-5,45%	16,35%	5,79%	1,56%	0,77%	4,58%
Rotatividade / Acumulado		-4,29%	-5,78%	-28,51%	-28,51%	-19,68%	-20,58%	-26,04%	-9,69%	-3,91%	-2,34%	-1,57%	3,01%
2019	Saldo Anterior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rotatividade / mês	137	0,00%	-1,46%	2,96%	-1,44%	-0,73%	0,00%	1,47%	-2,17%	9,63%	-0,68%	18,37%	0,00%
Rotatividade / Acumulado		0,00%	-1,46%	1,50%	0,06%	-0,67%	-0,67%	0,80%	-1,37%	8,26%	7,58%	25,95%	25,95%
2020	Saldo Anterior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rotatividade / mês	174	-7,47%	7,45%	3,47%	0,00%	-1,12%	-23,16%	31,62%	12,29%	11,44%	10,71%	0,81%	3,20%
Rotatividade / Acumulado		-7,47%	-0,02%	3,45%	3,45%	2,33%	-20,83%	10,79%	23,08%	34,52%	45,23%	46,04%	49,24%

14. Recursos Humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2. ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 14.1.

Devido ao aumento nas vendas, a companhia se obrigou a aumentar o quadro de colaboradores no intuito de atender tal demanda.

14. Recu manos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3. POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA.

O Manual de Administração de Cargos e Salários apresenta a política e os procedimentos relacionados à administração de todos os assuntos relacionados ao sistema de remuneração adotado pela Conpel, ajustando-se à realidade do mercado e mantendo uma adequada relação vertical entre os salários praticados internamente. A funcionalidade, adequação e aplicabilidade desse Plano de Administração de Cargos e Salários estarão diretamente ligadas às mudanças que ocorrerem nos sistemas de trabalho.

Cabe a Conpel a iniciativa de propor alternativas de adequação das diretrizes, critérios e descrições dos cargos existentes no plano a fim de atender às novas exigências do mercado. Esta Política servirá de base para as decisões do dia-a-dia da empresa relacionadas com Cargos e Salários. Os Gestores são responsáveis pela administração dos salários de suas equipes, utilizando as normas e critérios aqui definidos como referência básica para suas decisões de forma consistente e coerente, evitando utilizar a subjetividade.

Objetivos gerais da política de cargos e salários.

Essa política visa direcionar a utilização do plano e estrutura de cargos e salários da Conpel, definindo as diretrizes, normas e procedimentos a serem seguidos a fim de assegurar a igualdade de critérios nos assuntos relacionados.

À administração de cargos e salários, alinhando-a aos objetivos da empresa. Um adequado plano de cargos e salários permite:

- ✓ Elaborar os perfis dos cargos e definir responsabilidades para cada um, incentivando a melhoria contínua do desempenho de seus ocupantes com base no conhecimento das atribuições e formas de remuneração;
- ✓ Estabelecer parâmetros capazes de avaliar o valor relativo dos cargos, a fim de assegurar o equilíbrio interno (relação entre os salários e os cargos dentro da empresa) e externo (comparação com a realidade de mercado);
- ✓ Atrair e reter os profissionais que possam contribuir para a continuidade e melhoria no desempenho da empresa;
- ✓ Harmonizar os interesses econômicos e financeiros da Conpel com os interesses de crescimento profissional e qualidade de vida dos profissionais;

Administração e controle.

Compete ao Diretor Geral da Conpel a aprovação desse Manual e da Política e Procedimentos relativos à implantação do Plano de Administração de Cargos e Salários do Grupo. Cabe à Gerente de Desenvolvimento Organizacional da Conpel a responsabilidade de definir a política salarial a ser adotada, a fim de assegurar que a empresa mantenha um plano efetivo de Administração de

14. Recu manos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Cargos e Salários, coerente com o negócio e estratégias da empresa e de forma a manter o equilíbrio salarial interno e em relação ao mercado.

A área de Desenvolvimento Organizacional tem a responsabilidade de manter atualizadas as normas e diretrizes contidas nessa política, bem como o esclarecimento de dúvidas relativas à aplicação da mesma. As descrições para os novos cargos devem ser elaboradas levando-se em consideração as tarefas específicas para o cargo e feitas em conjunto com a chefia imediata do ocupante do respectivo cargo. As descrições devem ser revistas sempre que o conteúdo for alterado por iniciativa da chefia ou a cada ano a fim de adequá-la às novas necessidades da empresa. Todos os cargos são avaliados de acordo com os fatores de avaliação predefinidos, juntamente com representantes dos departamentos envolvidos. Os salários de admissão e os devidos enquadramentos (por mérito, tempo no cargo ou ajuste ao mercado) serão feitos de acordo com a política estabelecida pela empresa neste Manual.

Estrutura de cargos e salários.

A estrutura de cargos e salários é composta de algumas ferramentas básicas que permitem administrar a política adotada pela empresa. Dentre essas ferramentas estão:

Descrição de cargos.

A descrição de cargos permite esclarecer o objetivo de cada cargo dentro da organização. Define as responsabilidades e os requisitos essenciais para um bom desempenho das funções pertinentes ao cargo, além das competências necessárias para executar as tarefas, formação técnica, experiências, cursos, conhecimentos, habilidades e atitudes, conforme as exigências da Companhia.

Estrutura de cargos.

A estrutura de cargos estabelece os níveis salariais praticados pela empresa e a remuneração adequada para cada cargo. Ela é construída com base em pesquisas salariais de mercado, identificando como os profissionais do mesmo nível hierárquico estão sendo remunerados, a fim de equilibrar a prática da empresa com a do mercado.

Tabelas e Faixas salariais.

As tabelas salariais foram definidas de acordo com grupo de cargos, sendo 03 tabelas: Executivos, Técnicos e Administrativos e Operacionais. Cada tabela foi subdividida em graus e para cada grau foi estabelecida uma faixa salarial para cada cargo. A faixa salarial servirá para definir o salário de cada profissional conforme o seu desempenho no cargo.

Quadro de lotação de pessoal – QLP.

14. Recu manos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Entende-se por Quadro de Lotação de Pessoal as informações das vagas orçadas e devidamente aprovadas, vagas preenchidas e vagas em aberto (diferença entre vagas orçadas e preenchidas). O Quadro de Lotação de Pessoal deverá ser revisado na época da elaboração do orçamento anual e aprovado pela Diretoria da Área e Diretoria Geral. A área de Administração de Pessoal deverá controlar a quantidade real de funcionários por cargo e as promoções / admissões somente serão autorizadas mediante disponibilidade de vagas. Após a aprovação do orçamento anual, os aumentos de quadro serão permitidos somente com aprovação do Diretor Geral.

Avaliação de desempenho anual.

Será de responsabilidade da Chefia Imediata, a realização da Avaliação de Desempenho Anual, utilizando-se de formulário próprio e com aplicação a cada 12 meses. O objetivo é avaliar o nível de desempenho e qualidade na realização das tarefas, entrega de resultados, etc. Caberá a área de Gestão de Pessoas a responsabilidade de controlar e apoiar as áreas na realização desta avaliação de desempenho. Os funcionários que atenderem os demais requisitos e obtiverem nota igual ou superior a 45 pontos nesta avaliação, serão elegíveis a promoção ou aumentos salariais.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

CONCEITO	PONTOS	MÉDIA DAS NOTAS
Insatisfatório	De 09 a 44	1,0 a 4,9
Satisfatório	De 45 a 63	5,0 a 7,0
Excelente	De 64 a 81	7,1 a 9,0

Divulgação da política de cargos e salários.

Será de responsabilidade da Gerência de Desenvolvimento Organizacional a divulgação e/ou a realização de treinamento aos Gestores a política de Cargos e Salários, a fim de esclarecer os conceitos, princípios, regras e principalmente os objetivos para reforçar a credibilidade desta Política. Os Gestores deverão divulgar aos colaboradores as regras para evolução no Plano de Carreira e também os critérios da avaliação de desempenho.

a) Política de salários e remuneração variável.

A política salarial tem o objetivo de estabelecer todos os procedimentos relacionados à movimentação de pessoal dentro da empresa considerando salários de admissão, promoções, transferências de cargos, entre outros fatores que serão apresentados a seguir:

Admissão de pessoal.

A admissão de um novo profissional está condicionada a existência de vaga no quadro de pessoal. No caso de contratação de um profissional para um cargo que ainda não exista no quadro da empresa, a definição prévia do título e do salário deverá ser estabelecida a partir de pesquisa realizada no mercado e

14. Recu manos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

avaliação interna para estabelecimento da classe salarial à qual o cargo será enquadrado.

Preenchimento de vagas existentes.

O preenchimento de vagas existentes deverá ser feita de acordo com a Política de Recrutamento e Seleção de Pessoal da Conpel, observando a descrição do cargo e o perfil do profissional, a fim de verificar se o candidato atende aos requisitos essenciais para o desempenho de suas funções.

Salário de admissão.

O salário de admissão é o ponto de partida para a evolução salarial do profissional dentro da empresa. Portanto, deverá ser efetuado no nível A (inicial da faixa salarial). Após o período de experiência, o salário poderá ser enquadrado no nível B ou no nível C. Essa proposta deverá ser negociada no momento da admissão do novo funcionário e constar no formulário de Requisição de Pessoal. Em situações excepcionais, a admissão poderá ser feita com um salário superior ao nível inicial. Situação excepcional contempla a contratação de um profissional com experiência para um cargo chave dentro da empresa que esteja em posição extremamente competitiva no mercado. O salário inicial poderá ficar entre os níveis C e D da faixa salarial. Para os cargos que exigirem um profissional com qualificações acima da média ou um histórico de desempenho extraordinário, o salário de admissão poderá ficar entre os níveis E e G da faixa salarial, somente com autorização da Diretoria Geral.

Enquadramento (aplicado até média de mercado – “D”).

O enquadramento é uma recompensa salarial fornecida pela empresa aos profissionais que tenham desempenho progressivo comprovado através de Avaliação de Desempenho. Nesse caso, o aumento salarial poderá ser feito apenas 1 nível acima do qual o profissional se encontra, com intervalo mínimo de 90 dias, sendo as solicitações feitas pelo gestor/coordenador da área ao departamento de Gestão de Pessoas. O objetivo da empresa é pagar aos seus colaboradores a média de mercado (nível D da tabela salarial).

Mérito (aplicado acima da média de mercado – “D”).

Os aumentos por mérito deverão ser utilizados em casos excepcionais, quando o colaborador apresenta um desempenho muito acima da média ou a empresa necessite do profissional para uma posição estratégica. Nesses casos, o colaborador será enquadrado nos níveis E, F e G da tabela salarial, com intervalo mínimo de 90 dias. Todo aumento por mérito também deverá se basear na Avaliação de Desempenho Anual. Tais solicitações deverão ser feitas pelo gestor da área ao departamento de Gestão de Pessoas e submetidas à aprovação do Diretor Geral.

Promoção.

14. Recu manos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

A promoção representa a passagem de um colaborador para um cargo de maior nível de complexidade, ou seja, para um cargo de grau salarial superior. O profissional deverá ser enquadrado, de preferência, no nível A da classe salarial para a qual foi promovido. As solicitações de promoções deverão ser feitas pelo gestor da área ao departamento de Gestão de Pessoas que avaliará a viabilização do processo. As promoções não podem ultrapassar mais do que uma classe salarial acima da qual se encontra o cargo atual (ex.: de Jr. para Sr.). Os candidatos a uma promoção vertical deverão passar por um processo de avaliação conduzido pela área de Gestão de Pessoas. A vaga deverá ser divulgada através de painel de gestão à vista ou e-mail a todos os funcionários e os interessados poderão se inscrever com a devida liberação da chefia imediata. As promoções ficarão condicionadas ao preenchimento pelo candidato dos requisitos essenciais definidos para o cargo e coerência com o desempenho do profissional. Além disso, no caso de promoção vertical, deverá existir o cargo para o qual o profissional está sendo promovido no quadro de pessoal da área.

Requisitos de avaliação para promoção.

A área de Gestão de Pessoas deverá identificar informações dos últimos 12 meses de cada candidato inscrito no processo seletivo interno. Sendo:

- ✓ Medidas Disciplinares;
- ✓ Assiduidade (faltas e atestados médicos);
- ✓ Pontualidade (atrasos e saídas antecipadas);
- ✓ Participação em Treinamentos;
- ✓ Avaliação de Desempenho Anual.

Alterações salariais e Ajustes de mercado.

As tabelas salariais deverão ser atualizadas em função de acordos coletivos da categoria sindical e ou ajustes das faixas salariais. Caberá à Gerência de Desenvolvimento Organizacional ajustar os níveis salariais dos cargos existentes em função da variação apresentada pelo mercado, com base em pesquisas.

b) Política de benefícios.

O Programa de Benefícios apresenta diretrizes relacionadas à administração de todos os benefícios oferecidos aos funcionários da Conpel, ajustando-se à realidade do mercado. Esse Programa servirá de base para as decisões do dia-a-dia da empresa relacionadas com Benefícios. Esse programa visa direcionar a utilização dos benefícios, definindo as diretrizes, normas e procedimentos a serem seguidos a fim de assegurar a igualdade de critérios, alinhando-a aos objetivos da empresa. Esse Manual tem como objetivo:

- ✓ Atrair e reter os profissionais que possam contribuir para a continuidade e melhoria na performance da empresa;

14. Recu manos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

- ✓ Harmonizar os interesses econômicos e financeiros da Conpel com os interesses de crescimento profissional e qualidade de vida dos profissionais.

Cabe à Gerente de Desenvolvimento Organizacional da Conpel a responsabilidade de definir os benefícios a serem oferecidos, a fim de assegurar que a empresa mantenha um plano efetivo de Administração de Benefícios, coerente com o negócio e estratégias da empresa e de forma a manter o equilíbrio interno e em relação ao mercado. A área de Desenvolvimento Organizacional tem a responsabilidade de manter atualizadas as normas e diretrizes contidas nessa política, bem como o esclarecimento de dúvidas relativas à aplicação da mesma. A Companhia oferece aos seus colaboradores:

Cesta Básica.

Conforme a convenção coletiva de trabalho todos os funcionários tem direito a este benefício.

Restaurante.

A Conpel possui uma estrutura de restaurante no local. Diante disso, todos os funcionários lotados nessa unidade têm direito em usufruir das refeições oferecidas (desjejum, almoço, jantar e ceia), tendo a participação de 20% do valor das refeições consumidas no período de fechamento da folha de pagamento.

Vale transporte.

Garantimos a entrega de vale transporte a todos os colaboradores mediante comprovante de residência. Os funcionários que possuem outras formas de deslocamento entre a empresa e residência não terão direito ao benefício. O desconto será de 6% do salário base ou desconto integral do valor se o valor for menor que os 6% do salário base.

Transporte Fretado.

A Conpel possui um sistema de transporte fretado que realiza o percurso entre a empresa e alguns pontos pré-determinados. Não existe desconto desse benefício ao colaborador.

Inclusões / exclusões.

Todos os benefícios são oferecidos aos colaboradores no momento da sua admissão, onde o mesmo deverá assinar documento formalizando a opção ou não pelos benefícios. O colaborador poderá solicitar cancelamento de qualquer benefício a qualquer momento. Essa formalização deverá ser realizada em documento próprio junto à área de Administração de Pessoal.

14. Recu  manos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**Desconto dos benefícios.**

O formulário de opção pelo benefício devidamente preenchido e assinado pelo colaborador, já autoriza a empresa a realizar os descontos em folha de pagamento.

Divulgação da política de benefícios.

Será de responsabilidade da Gerência de Desenvolvimento Organizacional a divulgação e/ou a realização de treinamento aos Gestores o Programa de Benefícios, a fim de esclarecer os conceitos, princípios, regras e principalmente os objetivos para reforçar a credibilidade deste Programa.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações.

Não há de remuneração através de ações.

14. Relações / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**14.4. DESCREVER AS RELAÇÕES ENTRE A COMPANHIA E SINDICATOS.**

Ao longo do tempo, a Companhia tem mantido um bom relacionamento com os empregados e o respectivo sindicato da categoria, sem haver nenhum registro de paralisações e greves nos últimos anos.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Todas as informações relevantes estão supracitadas.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda.						
02.042.040/0001-21	Brasileira-PB	Não	Sim	29/04/2010		
14.048.567	100,000	3.329.071	81,724	17.377.638	95,890	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	744.461	18,275	744.461	4,110	
TOTAL						
14.048.567	100,000	4.073.532	99,999	18.122.099	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda.				02.042.040/0001-21		
Fontes Participações e Administração Ltda.						
81.118.507/0001-46	Brasileira-PB	Não	Não	29/04/2010		
4.165.854	25,000	0	0,000	4.165.854	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Odair Ceschin						
000.276.009-63	Brasileira-PB	Não	Não	29/04/2010		
4.165.854	25,000	0	0,000	4.165.854	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
R.K.D Administração e Participações Ltda.						
80.532.161/0001-65	Brasileira-PB	Não	Não	29/04/2010		
4.165.854	25,000	0	0,000	4.165.854	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda.				02.042.040/0001-21		
T.P.I Administração e Participações Ltda						
95.387.627/0001-53	Brasileira-PB	Não	Não	29/04/2010		
4.165.854	25,000	0	0,000	4.165.854	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
16.663.416	100,000	0	0,000	16.663.416	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	14.048.567	77,520%
Quantidade preferenciais	4.073.532	24,800%
Preferencial Classe A	461.266	11,000000%
Preferencial Classe B	72.447	2,000000%
Preferencial Classe C	82.043	2,000000%
Preferencial Classe D	3.457.776	85,000000%
Total	18.122.099	100,000%

15. Contingente econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4. ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA.

Os acionistas controladores diretos e indiretos, bem como nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificado no item “15.1” acima, razão pela qual não inserimos o organograma neste item.

15. Continuação do Grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas**15.5. INFORMAÇÕES SOBRE ACORDOS DE ACIONISTAS REGULANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU A TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES DA COMPANHIA, ARQUIVADOS NA SEDE DA COMPANHIA E DOS QUAIS O CONTROLADOR SEJA PARTE.****a) partes.**

Não há.

b) data de celebração.

Não há.

c) prazo de vigência.

Não há.

d) exercício do direito de voto, do poder de controle.

Não há.

e) indicação de Administradores.

Não há.

f) transferência de ações e preferência para adquiri-las.

Não há.

g) restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração.

Não há.

15. Contingência econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6. ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DA COMPANHIA.

Não há.

15. Cont  **rupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**

15.7. DESCREVER AS PRINCIPAIS OPERAÇÕES SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO GRUPO QUE TENHAM TIDO EFEITO RELEVANTE PARA O EMISSOR, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, INDICANDO, QUANDO ENVOLVER O EMISSOR OU QUALQUER DE SUAS CONTROLADAS OU COLIGADAS.

Não há.

15. Cont  **grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico**

15.8. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES

Não há.

16. Transações com partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.**16.1. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DA COMPANHIA QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (CONFORME DEFINIDAS PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO).**

Compete ao conselho de administração aprovar quaisquer operações com partes relacionadas à Companhia.

Quando ocorrem operações com partes relacionadas, essas são praticadas por valor de mercado.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
E.K.N Embalagens Kraft do Nordeste	28/09/2007	903.237,12	903.237,12	903.237,12	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Operação de Mútuo						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Credor						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Arpeco S.A Artefatos de Papel	17/03/2018	963.003,76	963.003,76	963.003,76	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Operação de Mútuo						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Devedor						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Compet Agro Florestal S.A	10/10/2012	2.597.873,01	2.597.873,01	2.597.873,01	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Operação de Mútuo						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Devedor						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná	31/12/2020	1.978.381,42	1.978.381,42	1.978.381,42	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Operação de Mútuo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Credor						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Antônio de Pauli S/A	31/12/2018	8.334.460,53	8.334.460,53	8.334.460,53	indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Operação de Mutuo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações com partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade**16.3. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS TRANSAÇÕES OU CONJUNTO DE TRANSAÇÕES MENCIONADOS NO ITEM 16.2 ACIMA OCORRIDAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.****a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.**

Os valores praticados nessa transação é o valor de mercado e está respaldado por contrato e outros documentos de suporte devidamente aprovados.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Vide item 16.2

16. Transações com partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE À COMPANHIA JULGUE RELEVANTES

Todas as informações relevantes foram citadas anteriormente.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/04/1996	22.338.341,00		14.048.567	4.073.532	18.122.099
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	461.266				
Preferencial Classe B	72.447				
Preferencial Classe C	82.043				
Preferencial Classe D	3.457.776				
Tipo de capital	Capital Autorizado				
29/04/1996	26.395.595,00		16.600.183	4.813.384	21.413.567
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	545.045				
Preferencial Classe B	85.605				
Preferencial Classe C	96.944				
Preferencial Classe D	4.085.790				

Tipo de capital	Capital Autorizado				
29/04/1996	26.395.595,00		16.600.183	4.813.384	21.413.567
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	545.045				
Preferencial Classe B	85.605				
Preferencial Classe C	96.944				
Preferencial Classe D	4.085.790				

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve aumento do Capital Social.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do Capital Social.

17. Capital  II / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais das classes "A" e "B" farão jus a um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 12% sobre o valor realizado, conforme (art. 9º do Estatuto Social) e não inferior ao dividendo obrigatório a que se refere (item II do artigo 46 do estatuto social).
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A conversão das ações, de uma classe ou forma para outra, é competência da Assembléia Geral, que só poderá autorizá-la mediante reforma deste estatuto.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais das classes "A" e "B" terão preferência no reembolso do capital sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais das classes "A" e "B" farão jus a um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 12% sobre o valor realizado, conforme (art. 9º do Estatuto Social) e não inferior ao dividendo obrigatório a que se refere o (item II do artigo 46 do estatuto social).
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A conversão das ações, de uma classe ou forma para outra, é competência da Assembléia Geral, que só poderá autorizá-la mediante reforma deste estatuto.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais das classes "A" e "B" terão preferência no reembolso do capital sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.
<hr/>	

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe C
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais da classe "C" têm prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 12% (doze por cento) ao ano calculados sobre o capital representativo dessa espécie e classe de ação, não inferior ao dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido a que se refere o item II do artigo 46 deste estatuto, não podendo o disposto nos artigos 194 e 197 e os parágrafos 3o e 4o do artigo 202 da lei no 6.404/76 prejudicar o direito das ações preferenciais de receber os aludidos dividendos mínimos, fixo e prioritário, não inferior ao obrigatório, conforme estabelece o artigo 203 da citada lei.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A conversão das ações, de uma classe ou forma para outra, é competência da Assembléia Geral, que só poderá autorizá-la mediante reforma deste estatuto.
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe D
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais da classe "D" têm prioridade na distribuição de um dividendo mínimo anual de 12% (doze por cento), calculado sobre o valor representativo dessas ações, não cumulativo e não inferior ao dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido a que se refere o item II do artigo 46 deste estatuto, não podendo o disposto nos artigos 194 e 197 e os parágrafos 3o e 4o do artigo 202 da Lei 6.404/76 prejudicar o direito das ações preferenciais de receber os aludidos dividendos mínimo, fixo e prioritário, não inferior ao obrigatório, conforme estabelece o artigo 203 da citada lei.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A conversão das ações, de uma classe ou forma para outra, é competência da Assembléia Geral, que só poderá autorizá-la mediante reforma deste estatuto.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais da classe "D" têm prioridade no reembolso de capital.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Não há.

Outras características relevantes Não há.

18. Valor  iliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2. REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITEM O DIREITO DE VOTO DE ACIONISTAS SIGNIFICATIVOS OU QUE OS OBRIGUEM A REALIZAR OFERTA PÚBLICA.

Não há.

18. Valor  ilíquidos / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3. EXCEÇÕES E CLÁUSULAS SUSPENSIVAS RELATIVAS A DIREITOS PATRIMONIAIS OU POLÍTICOS PREVISTOS NO ESTATUTO.

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

tualmente a companhia não realiza negociações em bolsa de valores, bem como mercado de balcão organizado.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

18. Valor  iliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6. MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO.

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve.

18. Valor  iliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9. OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELA COMPANHIA OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA.

Não há.

18. Valor  iliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10. CASO A COMPANHIA TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, INDICAR

Não há.

18. Valor  ilíquidos / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11. DESCREVER AS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELO EMISSOR RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIRO.

Não há.

18. Valor  iliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES.

Não há.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

19. Plano  compra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. FORNECEDOR OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

20. Política de Negociação / 20.2 - Outras informações relevantes - Política de Negociação

20.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1. NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS ADOTADOS PELA COMPANHIA PARA ASSEGURAR QUE AS INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS PUBLICAMENTE SEJAM RECOLHIDAS, PROCESSADAS E RELATADAS DE MANEIRA PRECISA E TEMPESTIVA.

(i) Administradores, acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia;

(ii) empregados e executivos com acesso a informação relevante; e

(iii) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas e coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa.

21. Política ivulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE ADOTADA PELA COMPANHIA (INCLUSIVE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO ACERCA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS).

As pessoas mencionadas têm o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as pessoas mencionadas deverão entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados.

21. Política  ivulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3. ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

Diretor de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras informações relevantes - Política de divulgação

21.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.